



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA



172
8

AW

Nº 70017801358
2006/CÍVEL

AÇÃO DIRETA DE
INCONSTITUCIONALIDADE

DE

ÓRGÃO ESPECIAL

Nº 70017801358

COMARCA DE PORTO ALEGRE

SINDICATO DAS EMPR DE TRANSP
DE PASSAGEIROS DE STA ROSA E
REGIAO

PROPONENTE

MUNICIPIO DE IJUÍ

REQUERIDO

EXMO SR DR PROCURADOR
GERAL DO ESTADO

INTERESSADO

DECISÃO

Vistos.

1. Trata-se de pedido de liminar em ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DE SANTA ROSA E REGIÃO** contra o **MUNICÍPIO DE IJUÍ**, para que suspensos os efeitos da Lei Municipal no. 4.586/2006, que concede a gratuidade do transporte coletivo do Município de Ijuí às pessoas portadoras de deficiência e economicamente vulneráveis, bem como a um acompanhante.

Requer a suspensão da eficácia da Lei no. 4.586/2006, do Município de Ijuí, até o julgamento do mérito desta ADIN.

Vieram conclusos.

2. Estou em deferir a liminar postulada em vista dos pressupostos legais autorizadores de sua concessão. Com efeito, verificam-se,



772
f

AW

Nº 70017801358
2006/CÍVEL

na espécie, o perigo na demora da expedição do provimento liminar perseguido, bem como a plausibilidade do direito invocado.

A meu entendimento, a lei municipal, cuja declaração de inconstitucionalidade se pretende, representa, em princípio, ameaça ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão de linhas de ônibus realizados com o Município de Ijuí, porquanto inexistente previsão de ressarcimento ou compensação advindo do poder público acaso obrigatória a gratuidade a determinadas categorias de passageiros, principalmente, porque a este tipo de benefício não está obrigada a iniciativa privada.

Além disso, o caso ainda mais se agrava pela obrigação legal de transporte gratuito também ao acompanhante do deficiente em detrimento de todos os demais usuários que pelo transporte têm de pagar e que, por certo, ainda mais serão onerados com a manutenção da medida.

Pelo exposto, **DEFIRO A LIMINAR** para que a autoridade apontada como coatora se abstenha de exigir dos impetrantes o cumprimento da Lei Municipal no. 4.586/2006, de Ijuí.

Intimem-se.

À autoridade apontada como coatora para as informações.

Cite-se a Procuradoria-Geral do Estado

Após, ao Ministério Público.

Porto Alegre, 28 de novembro de 2006.

DES. ARNO WERLANG,
Relator.